

# Professor propõe outra forma de pagar a dívida

JORNAL DO BRASIL 13 AGO 1989

Beatriz Abreu

BRASÍLIA — O governo brasileiro deve abandonar a postura histórica de ser um exportador de rendas e traçar uma estratégia de negociação com os bancos credores em que os pagamentos dos encargos da dívida externa somente ocorram nos anos em que o país apresentar crescimento real da sua economia. Mesmo assim, outras condicionantes devem ser observadas, como a de privilegiar os países com bom nível comercial com o Brasil e alcançar uma posição de reservas internacionais muito acima dos US\$ 6,5 bilhões conquistados, agora, com a centralização cambial, atingindo, por exemplo, a casa dos US\$ 20 bilhões.

A proposta, que se traduz em uma moratória travestida (as dificuldades aplicadas são tantas que praticamente, nas condições atuais, inviabilizam qualquer pagamento) não é de um líder político ou um tópico do programa de governo de um candidato à Presidência da República. Trata-se de um projeto elaborado pelo professor fundador da Universidade de Brasília, Luiz Fernando Victor, que, desde 1964, influenciado pela leitura do economista francês Charles Bethelheim não abandonou a discussão e leitura sobre o endividamento externo brasileiro.

Há 25 anos, sua vida acadêmica, interrompida por uma breve experiência frustrada como empresário no Rio de Janeiro, se transformou na rotineira e fantástica história de contar a história da dívida externa brasileira. Em um estudo — “que se transformará um dia em livro” — Luiz Fernando, mineiro de Belo Horizonte, conta 165 anos de endividamento externo para chegar a uma conclusão: “O Brasil sempre contratou empréstimos maiores para pagar uma dívida menor.”

Mais do que isto, ele se convenceu de que o maior impedimento a uma negociação mais favorável ao país “não é o sistema financeiro internacional, mas sim grupos brasileiros e elementos da burocracia brasileira interessados em manter a rolagem da dívida indefinidamente e sempre acatando as imposições da banca internacional”, como sustentou esta semana ao **JORNAL DO BRASIL** e no seu depoimento à Comissão da Dívida Externa, no Senado.

O professor Luiz Fernando Victor inclui em seu programa um *não* definitivo às operações de *relending* (reempréstimo de recursos externos depositados no Banco Central) e de conversão da dívida em investimento, que classifica como “crime de lesa pátria”. De acordo com seus cálculos, com base em informações do Banco Central, mais de 70% da expansão da base monetária (emissão primária de moeda) no ano passado foi provocada pela conversão de uma parcela da ordem de US\$ 2,6 bilhões da dívida externa.

Como parte de uma estratégia política de negociação da dívida externa, o professor da UnB reserva funções específicas e relevantes ao Itamaraty para a divulgação, no exterior, dos problemas enfrentados pelo Brasil em função do peso de seu endividamento. “É preciso motivar o mundo internacional para a realidade de que não é o Brasil que não quer pagar a dívida; os bancos credores é que abandonam o país”, sugere, insistindo que a opinião pública internacional deve conhecer “a tragédia e o roubo que representam a dívida externa.” A ação organizada dos países devedores da América Latina também está em sua pauta de propostas, sob a justificativa de que “a comunidade financeira atua em conjunto, enquanto os países devedores se isolam e enfraquecem a negociação.”